



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Termo de Adesão do Governo do Estado de Minas Gerais ao Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa. (Processo CNJ-ADM-2015/00936).


O **Governo do Estado de Minas Gerais**, com sede na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, 3777, Serra Verde, Palácio Tiradentes, Cidade Administrativa, Belo Horizonte/MG, CEP 31630-903, CNPJ 18.715.615/0001-60, neste ato representado por seu Governador, **Fernando Damata Pimentel**, RG 1.944.190 SSP/MG e CPF 129.845.316-04, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça**, o **Ministério da Justiça** e o **Instituto de Defesa do Direito de Defesa**, para a efetiva implantação do “Projeto Audiência de Custódia”, de modo a fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados(as) presos(as) em flagrante delito à autoridade judiciária, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua prisão, contando com o apoio do efetivo funcionamento de Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social, aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encarceramento provisório de pessoas.

O CNJ providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário de Justiça Eletrônico.

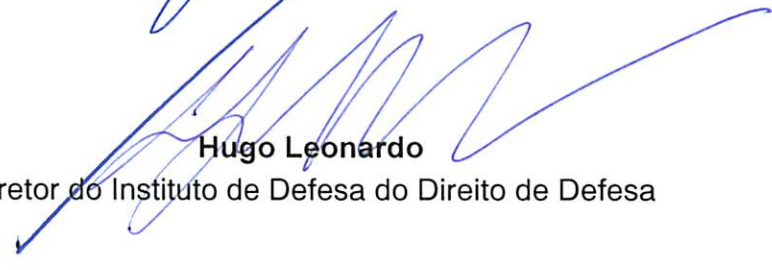
E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza efeitos jurídicos e legais.

Belo Horizonte, 17 de julho de 2015.

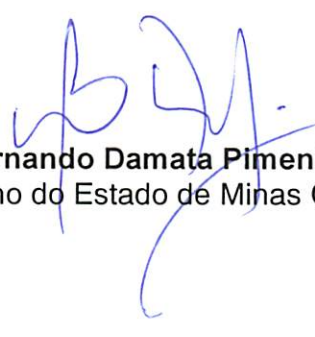

Ministro Ricardo Lewandowski
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



José Eduardo Martins Cardozo
Ministro da Justiça



Hugo Leonardo
Diretor do Instituto de Defesa do Direito de Defesa



Fernando Damata Pimentel
Governo do Estado de Minas Gerais